Os portugueses em Belém: patrimônio, origem e trajetória (1850-1920)[1]

Cristina Donza Cancela • Anndrea Caroliny da Costa Tavares • Oton Tássio Silva Luna
Universidade Federal do Pará

A EMIGRAÇÃO É CONSIDERADA uma constante estrutural ao longo da história portuguesa, possuindo um fluxo contínuo desde, pelo menos, o século XVI. Contudo, nesse artigo, abordaremos uma parte do período da assim chamada emigração portuguesa moderna, concentrada entre os anos de 1850 a 1930.[2]

A emigração portuguesa moderna tem o Brasil como principal destino e é estimulada pelo crescimento populacional, pela formação de relações capitalistas no campo e a não absorção da mão de obra camponesa pelo mercado nacional, contribuindo para a miséria, o desemprego e/ou subemprego dos camponeses. É uma migração preferencialmente masculina e jovem, caracterizada pela perspectiva de enriquecimento e retorno à terra natal.

Ao aportar no Brasil, muitos desses migrantes tem no comércio a atividade mais viável e a principal, uma vez que a posse da terra e a possível realização de atividades agrícolas encontravam-se concentradas entre as famílias tradicionais dos locais de fixação. Não vai ser diferente no Pará.

Imigração, patrimônio e atividade econômica

Em trabalhos anteriores, utilizando os registros civis de casamento, entre os anos de 1908 a 1920, mostramos que a maior parte dos portugueses (78%) que contraíram matrimônio, em Belém, tinha no comércio sua atividade principal.[3] Várias eram as atividades que poderiam estar referidas no guarda-chuva que significa a expressão *atividade comercial.* Nela poderiam se enquadrar proprietários de firmas, empregados, auxiliares no comércio, ambulantes, livreiros, caixeiros e guarda-livros.

1 Este artigo faz parte do projeto de pesquisa Imigração portuguesa e alianças matrimoniais: patrimônio, casamento e famílias em Belém (c. 1850 – c. 1920), financiado pelo CNPq.

2 PEREIRA, Miriam Halpern. *A política portuguesa de emigração (1850-1930).* Bauru/São Paulo: Edusc; Portugal: Instituto Camões, 2002.

3 CANCELA, Cristina Donza & BARROSO, Daniel Souza. "Casamentos portugueses em uma capital da Amazônia. Perfil demográfico, normas e redes sociais. Belém (1891-1920)". *História* – Unisinos, vol. 15, nº 1, jan.-abr. 2011. p. 60-70.

Esta mesma tendência se manteve na consulta a outro corpo documental: os inventários levantados entre os anos de 1850-1920.[4] No total de 235 inventários de portugueses encontrados, em apenas 147 deles houve algum tipo de referência às atividades exercidas pelo inventariado, muitas vezes identificadas a partir do tipo de bem presente em seu *portfolio* e arrolado no processo: engenhos, fazendas, firmas, estradas de seringa. Destes 147 inventários onde foi possível identificar a atividade econômica exercida pelo sujeito, em 84% deles aparecia o comércio. Na condição de proprietários e sócios de firmas comerciais voltadas para a oferta de mercadorias (carroças, utensílios em geral, joias, alimentos) ou serviços (hotel, taverna), o comércio figurava na principal atividade exercida pelos portugueses. Quando comparamos com o total dos 235 inventários de portugueses consultados, esse percentual de sujeitos envolvidos com o comércio ainda é expressivo, alcançando cerca de 52%.

Não se pode esquecer, que a emigração de pessoas ligadas ao comércio permeou todo o século XIX. Fazia parte da prática das casas de comércio do Porto o envio de caixeiros para o Brasil, alargando com isso as relações entre as firmas e seus proprietários dos dois lados do Atlântico.[5] Numa sociedade eminentemente rural, as profissões em Portugal giravam em torno do artesanato (carpinteiros, pedreiros, ourives, alfaiates, setor de metalurgia) e do comércio. "Comerciantes", "proprietários", "trabalhadores no comércio", seguidos dos "lavradores", "trabalhadores agrícolas" e " pescadores" compõem o perfil daqueles que solicitaram passaporte para o Pará, entre os anos de 1889 e 1900.[6] A propósito da presença de pessoas ligadas à terra e à atividade pesqueira, as profissões ligadas ao comércio se mantêm como predominantes e contínuas na segunda metade do século XIX e, como dissemos, a maior parte dos *portfolios* levantados nos inventários em Belém, pertencia a portugueses envolvidos no comércio, algumas vezes proprietários de firmas comerciais.

Embora nesses inventários viessem arroladas as firmas, dificilmente tínhamos como saber a natureza dos negócios que essas casas comerciais envolviam. Naquelas em que nos foi possível identificar tal perfil, observamos a presença expressiva de negócios ligados à consignação de mercadorias, compondo o que se convencionou chamar *casas de aviamento*. Essas firmas abasteciam os seringais de mercadorias gerais como alimentos, roupas e utensílios; em troca, recebiam o pagamento em espécie, mais propriamente em borracha. O dono da casa aviadora intermediava a venda da borracha

4 Centro de Memória da Amazônia/Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Cartórios Fabiliano Lobato, Leão e Odon Rhossard, com um total de 235 inventários levantados.

5 Cf. ALVES, Jorge Fernandes. "Lógicas migratórias no Porto oitocentista". In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da *Emigração/Imigração em Portugal: Actas do Colóquio Internacional sobre emigração/imigração em Portugal (século XIX-XX)*. Fragmentos, 1993. E, ainda, SCOTT, Ana Silvia. "Aproximando a metrópole da colônia: família, concubinato e ilegitimidade no noroeste Português (século XVIII e XIX)". In: *Anais do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais* (ABEP). Ouro Preto/ Minas Gerais, nov. 2002.

6 CANCELA, Cristina Donza. "Famílias de elite: transformação da riqueza e alianças matrimoniais. Belém, 1870-1920". *Topoi: Revista de História*, Rio de Janeiro, vol. 10, nº 18, 2009. De algum modo, a presença de lavradores e pescadores evidencia as dificuldades enfrentadas pelos portugueses em relação à introdução das máquinas, a desestruturação do setor artesanal, a crise comercial, os problemas da viticultura, a escassez do algodão e as mudanças na relação de pesca com a introdução, inclusive de barcos à vapor.

para a casa exportadora, ou mesmo, para uma segunda casa de aviamento, maior que a sua, da qual ele próprio era aviado.[7]

Ao analisar a economia da borracha, Weinstein[8] observa que os portugueses foram os proprietários das primeiras casas de aviamento instaladas no Pará. Os demais estrangeiros, em particular americanos e ingleses, concentraram suas firmas no comércio de importação e exportação da goma elástica. Essas firmas importadoras compravam a borracha dos portugueses, proprietários de casas de aviamento.

Em pleno auge da economia da borracha, ao longo da década de 1880, podia-se encontrar 18 firmas aviadoras entre os associados da Câmara de Comércio do Pará. Esse número sobe para 42, em 1890 e 223, em 1906.[9]

É importante mencionar que, a despeito de serem comerciantes, nem sempre esses indivíduos possuíam um grande cabedal e seus *portfolios* variavam significativamente em termos de propriedades e valores. Poucos foram aqueles cuja fortuna ultrapassou mil contos de reis (0,5%). Mesmo não levando em conta o fluxo cambial do período trabalhado, podemos perceber que, a maior parte dos bens ficava concentrada na faixa de renda que variava entre quatro a duzentos contos de réis (81%). Apenas 14% das heranças alcançaram valores até quinhentos contos de réis e menos de 5% ficou acima desse valor.

A propriedade de uma firma com capital de giro alto e patrimônio sólido certamente facilitava a inserção desses imigrantes recém-chegados na elite mercantil paraense. Essa foi a trajetória do proprietário de uma das maiores casas de aviamento de Belém, o português Bento Rebelo de Andrade,[10] que junto com outros comerciantes reergueu a Praça do Comércio de Belém.[11] Contudo, mesmo não necessariamente possuindo firmas com grande capital de giro, a influência desses imigrantes com comércio podia se fazer perceber através das redes por eles articuladas. O associativismo traduzido na fundação de clubes, sociedades beneficentes e literárias, agregavam prestígio e status social, mesmo a comerciantes que não se destacavam pela posse de grandes firmas comerciais, mas acabavam se destacando pela inserção em redes de sociabilidade da colônia portuguesa em Belém, como veremos mais à frente ao falarmos de trajetória de Francisco Gonsalves Medeiros Branco.

Uma vez concentrados no comércio, poucos foram os portugueses que tiveram a posse de terra arrolada em seus inventários. A terra não compunha o patrimônio da maior parte dos imigrantes

7 REIS, Arthur César Ferreira. *O seringal e o seringueiro: documentário da vida rural*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola, 1953.

8 WEINSTEIN, Barbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1993.

9 *Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial do Estado do Pará e indicador para 1906 – obra estatística e de consulta fundada em 1904*. Pará: Editor Fernando Cardoso, 1906, p. 655-663.

10 Centro de Memória da Amazônia/Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Inventario de Bento Rebelo de Andrade. Cartório Odon Rhossard. Ano: 1900.

11 Ernesto Cruz, em seu trabalho sobre a Associação Comercial do Pará, deixa claro que, na segunda metade do século XIX, os comerciantes, muitos deles aviadores e estrangeiros, reergueram aquela associação, fortalecendo-a e criando uma nova diretoria (CRUZ, Ernesto. *História da Associação Comercial do Pará*. 2ª ed. Belém: Editora da UFPA, 1996).

aqui aportados. Encontrar um número reduzido de portugueses proprietários de fazendas, engenhos, sítios e seringais.

Dentre os inventariados, três deles tiveram fazendas registradas em seus montantes. Neste grupo destaca-se o nome de Fernando Maria da Cunha, nascido na Freguesia de Nossa Senhora do Monte de Caparica, Concelho de Almada, Sul do Tejo. A fazenda estava localizada em Soure, ilha do Marajó. Juntamente com ela, Fernando possuía também uma vinha em Portugal, o que evidencia a manutenção da posse de terras em Portugal e no Brasil e, provavelmente, de contato com a terra natal mesmo residindo no Pará. Além desses bens, Fernando possuía centenas de animais, dinheiro em bancos, casas, terrenos, ações e letras comerciais. Era casado com Joaquina Amélia de Matos Cunha, mas não possuía filhos. Sua fortuna estava acima de 400:000$000 (quatrocentos contos de réis) quando faleceu em 1887.[12]

Os dois outros portugueses que possuíam fazendas concentraram fortunas de menor monta. Joaquim Jose Batista de Araújo era proprietário de terra em Muaná e Cachoeira do Arari, ambas localidades situadas na Ilha do Marajó. Ele era o único a combinar a posse de terras com a existência de uma firma comercial.[13] Por sua vez, assim como Fernando Maria da Cunha acima citado, Luiz Jose Martins de Albuquerque, possuía terras no Pará e em Portugal, evidenciando o trânsito de bens e a mobilidade de recursos em Portugal e no Brasil.[14]

É importante lembrarmos que essa prática não era incomum e que parte dos imigrantes mantinham bens no Brasil e em Portugal. A viagem para o Brasil não era um movimento único e, muitas vezes, o trânsito entre os dois países se fazia necessário para a gestão dos negócios comerciais ou mesmo rurais.

Ainda no grupo daqueles que conseguiram adquirir terras na capital paraense, encontramos um total de onze homens portugueses que tiveram sítios e quintas, com plantação de cana-de-açúcar, cacau e laranja, arrolados em seu patrimônio. Alguns combinavam essas plantações com a posse de engenhos. Essa era a situação do casal Luiz Monteiro da Silva e Maria Barbara da Cunha Barros que possuíam um engenho com casa de sobrado e olaria no rio Anapu, quatro embarcações e um plantel de 59 escravos.[15] Ou mesmo, o viúvo, Domingos José Martins de Albuquerque que além de um engenho localizado no Acará, era proprietário de uma firma de consignação.[16]

12 Centro de Memória da Amazônia/Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Inventário de Fernando Maria da Cunha. Cartório Fabiliano Lobato. Ano: 1887.

13 Centro de Memória da Amazônia/Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Inventário de Joaquim José Batista de Araújo. Cartório Odon Rhossard. Ano: 1911.

14 Centro de Memória da Amazônia/Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Inventário de Luiz José Martins de Albuquerque. Cartório Odon Rhossard. Ano: 1917.

15 Centro de Memória da Amazônia/Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Inventário de Luiz Monteiro da Silva e Maria Barbara da Cunha Barros. Cartório Fabiliano Lobato. Ano: 1858.

16 Centro de Memória da Amazônia/Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Inventário de Domingos José Martins de Albuquerque. Cartório Odon Rhossard. Ano: 1892.

Assim, dos 147 indivíduos cuja atividade econômica pôde ser aferida nos inventários, 14 deles (cerca de 10%) possuíam a posse de terras em seu *portfolio*, um número reduzido se levarmos em conta aqueles que tinham atividades voltadas ao comércio.

É importante destacarmos a presença de seringalistas entre os inventariados, num total de sete indivíduos. A maior parte tinha entre 13 e 65 estradas de seringa, a exceção de Jose Antonio de Resende, que teve registrada em suas terras um total de 235 estradas.[17] Os demais seringalistas eram Antonio Joaquim da Cruz,[18] Francisco Ferreira do Prado,[19] Antonio Coelho Guimarães,[20] Antonio Alves da Silva Cunha,[21] Manoel Alves da Cruz,[22] Manoel Joaquim de Faria.[23] Dentre os seringalistas, cinco deles possuíam firmas comerciais e foram citados como comerciantes. Dois tinham suas terras localizadas em Anajás, Ilha do Marajó, o coronel Jose Antonio de Resende e Antonio Alves da Silva Cunha. Esse fato é importante, pois as terras do Marajó, assim como aquelas localizadas na região das demais ilhas que constituem o entorno de Belém, compunham os primeiros seringais explorados na província. Quando do *boom* da borracha (1870-1910), essas eram as áreas que forneciam a goma elástica para exportação. Apenas posteriormente, as áreas de exploração de seringa se expandiram para além da Ilha do Marajó alcançando as terras ao longo do rios Tapajós, Tocantins, bem como os Estados do Amazonas e do Acre.

De algum modo, no início da exploração da borracha, as terras pertenciam preferencialmente a ribeirinhos, caboclos, ou seja, pessoas do lugar. Pouco a pouco, os estrangeiros vão adquirindo essas propriedades e, quando as estradas de seringa se esgotam, vão abrindo novas frentes de exploração em direção ao Amazonas. Parte dos estrangeiros que adquiriram propriedades no Marajó, era português.

O antropólogo João Pacheco de Oliveira se detém sobre as características desse período inicial, classificado por ele de modelo caboclo do seringal, assinalando algumas de suas características. Dentre elas, destaca a extração baseada na mão-de-obra dos indígenas, mamelucos e caboclos que residiam na região; a despreocupação com a posse legal do terreno; a combinação da atividade de extração do látex com a atividade de lavoura de produtos necessários à alimentação do seringueiro,

17 Centro de Memória da Amazônia/Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Inventário de José Antonio de Resende. Cartório Odon Rhossard. Ano: 1903.

18 Centro de Memória da Amazônia/Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Inventário de Antonio Joaquim da Cruz. Cartório Odon Rhossard. Ano: 1898.

19 Centro de Memória da Amazônia/Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Inventário de Francisco Ferreira do Prado. Cartório Odon Rhossard. Ano: 1901.

20 Centro de Memória da Amazônia/Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Inventário de Antonio Coelho Guimarães. Cartório Odon Rhossard. Ano: 1900.

21 Centro de Memória da Amazônia/Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Inventário de Antonio Alves da Silva Cunha. Cartório Odon Rhossard. Ano: 1904.

22 Centro de Memória da Amazônia/Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Inventário de Manoel Alves da Cruz. Cartório Odon Rhossard. Ano: 1916.

23 Centro de Memória da Amazônia/Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Inventário de Manoel Joaquim de Faria. Cartório Fabiliano Lobato. Ano: 1890.

que, dessa forma, não ficava dependente do fornecimento dos comerciantes; a concentração das áreas de extração da borracha, na chamada região das Ilhas.[24]

As Ilhas correspondiam às terras relativamente próximas a Belém e seus distritos, que compreendiam os rios Jari, Capim, Guamá, Acará, Moju e Xingu, seguido do arquipélago do Marajó.[25]

Posteriormente, desenvolveu-se o modelo do apogeu onde ocorria a exploração de áreas mais distantes, acima referidas, como o Amazonas nas áreas dos rios Solimões, Madeira, Purus e Juruá. Nesse momento teríamos a presença maciça do migrante nordestino trabalhando nos seringais, a demarcação das terras e o requerimento de títulos de propriedade.[26]

É nesse momento da economia da borracha que encontramos os portugueses proprietários de casas de aviamento possuindo terras com seringais. Em nosso levantamento pelo menos cinco deles também possuíam casa comercial. A alta cotação da borracha tornava-se um elemento de atração desses imigrantes para as terras paraenses.

Contudo, a julgar pelos inventários por nós cotejados, não encontramos entre os seringalistas pessoas com grandes fortunas. Dos sete portugueses seringalistas acima citados, apenas um deles concentrou uma fortuna acima de trezentos contos de reis, dois tiveram *portfolios* que giravam em torno de cento e quarenta contos de reis e os demais não chegaram a perfazer os cem contos de reis. Esses inventários foram abertos em períodos muito próximos, entre os anos de 1898 e 1904, desse modo, em pleno desenvolvimento da economia da borracha na província do Pará. Nem mesmo esse momento de auge, bem como a abertura de firmas comerciais, agregou valores mais significativos aos bens desses imigrantes. Vale destacar que, além das estradas de seringas, a maior parte deles igualmente possuía casas e terrenos. Nem mesmo assim eles se configuravam entre aqueles imigrantes que conseguiram as maiores fortunas encontradas.

Ainda caracterizando o perfil das atividades econômicas dos portugueses, vale registrar a diminuta presença deles exercendo profissões liberais. Dentre os inventariados em Belém apenas um profissional liberal foi encontrado e exercia a atividade de farmacêutico. Chamava-se Custodio de Souza Pinheiro e atuava em seu próprio estabelecimento comercial, onde era sócio de Serafim Jorge de Almeida. Dentre seus bens, e diferentemente dos demais *portfolios* arrolados, inúmeros títulos bibliográficos foram citados.[27]

Naturalidade dos imigrantes

Aspecto que merece nossa atenção é referente à origem destes portugueses, uma vez que o local de saída, envolto em uma dada conjuntura, impulsiona de forma direta na escolha pela migração.

---

24 OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. "O caboclo e o brabo: notas sobre duas modalidades de força-de-trabalho na expansão da fronteira amazônica no século XIX". *Encontros com a Civilização Brasileira*, nº 11, maio 1979.

25 VERÍSSIMO, José. *Estudos Amazônicos*, *op. cit.*, p. 176. REIS, Arthur César Ferreira. *Op. cit.*, p. 57.

26 OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. *Op. cit.*, p. 125-126.

27 Centro de Memória da Amazônia/Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Inventário de Custodio de Souza Pinheiro. Cartório Odon Rhossard. Ano: 1872.

Como referimos, o processo migratório português passou a ser motivado em maior escala pelas distorções do desenvolvimento do capitalismo independente e pela forma desigual com que este se desenvolveu nas regiões portuguesas, logo após o fim do Antigo Regime.[28] De maneira mais expressiva, a região Sul passou a receber maiores investimentos e a condicionar o domínio das terras em grandes latifúndios, enquanto que a região Norte esteve propensa a conservação de pequenas propriedades rurais que representavam a fonte de renda de maior parte das famílias ali instaladas, principalmente no Minho. Região montanhosa onde predominavam os minifúndios, a maior densidade demográfica do país e onde a transmissão da propriedade rural era destinada a apenas um filho, cabendo aos outros a busca por outras fontes de sobrevivência.[29] Não mais privilegiados pela remissão dos forais, concessões sobre propriedades por parte de pessoas jurídicas ou privadas, mais frequentes entre os agricultores mais abastados, muitos habitantes do Norte viram na emigração a válvula de escape para a amenização dessa conjuntura.

Desse modo, do total de 235 inventários vistos, em 143 temos informações referentes à origem dos imigrantes. Assim, pudemos perceber que há uma saída considerável dos distritos localizados na região Norte do país, principalmente dos distritos do Porto (25,87 %), Braga (18,88%), Aveiro (12,58%) e Viana do Castelo (6,99%), regiões que sofreram com a desigual distribuição dos proventos oriundos da economia capitalista. A região do Entre Douro e Minho é tida como a área de maior incidência de emigração, embora tal fenômeno seja percebido em todas as regiões do país, porém, em escalas diferenciadas,[30] como pudemos identificar também nos inventários arrolados, com a presença de imigrantes dos distritos de Lisboa (5,59 %) e Santarém (1,39 %), localizados mais ao sul do território.

Deve-se considerar também que os distritos com maior incidência de emigração estão localizados próximos à região litorânea de Portugal, elemento que pode ter facilitado a saída do grupo de emigrantes.

Muitos deles vinham ainda muito jovens, ainda com 13 anos, de alguma maneira evitando o recrutamento militar. O papel das redes familiares e de vizinhança era fundamental, e muitos jovens eram enviados para trabalhar em casas comerciais de parentes ou conhecidos. Viajavam sozinhos ou com um tio que poderia estar vindo pela primeira vez ao Brasil ou reemigrando para dar continuidade aos negócios; ou ainda, viajavam com conhecidos levando fotos para identificar a pessoa no porto e cartas de recomendação. Essa foi a história de muitos daqueles que chegaram ao Porto de Belém. Essa é a história que vamos conhecer a partir de agora. A história de como um menino chegado ainda tão jovem em Belém realizou sua inserção na sociedade paraense, atualizando e ressignificando a identidade e a sociabilidade dos portugueses na cidade. Essa é a história de Francisco Medeiros Branco.

28 PEREIRA, Mirian Halpern. *Op. cit.*

29 SCOTT, Ana Silvia. *Os portugueses.* São Paulo: Editora Contexto, 2010.

30 *Idem.* "Aproximando a metrópole da colônia...", *op. cit.*

Imigração e associativismo através de uma trajetória

Além das principais características encontradas em vários trabalhos para o fluxo migratório entre Brasil e Portugal durante a segunda metade do século XIX e início do XX, tais como a presença marcante de indivíduos jovens e solteiros do sexo masculino – provenientes, em sua maioria, das regiões localizadas mais ao norte do território português, como foi ressaltado, até aqui, entre os imigrantes recém-chegados à capital paraense –, é notável a ansiedade por um associativismo cada vez mais presente e central no cotidiano da colônia portuguesa estabelecida em Belém. Presentes em várias cidades brasileiras também marcadas por uma grande afluência desses imigrantes, como Santos, São Paulo e Rio de Janeiro, agremiações que exerciam variadas funções (espaço de lazer, sociabilidade, assistência médica e financeira, leitura e repatriação de portugueses pobres) eram multiplicadas à medida que o contingente populacional luso na província do Pará era intensificado.

Analisados exemplares disponíveis para o período entre 1858 e 1890 de jornais como *A Província do Pará*, *Gazeta Official*, *A Voz do Caixeiro*, *Diário de Notícias*, *O Liberal do Pará* e *A Vida Paraense*, bem como *O Lusitano* e *A Colônia*, semanários publicados na década de 1920, percebemos vários portugueses sendo recorrentemente noticiados. Entre as principais notícias encontradas, destacam-se a publicidade comercial, o anúncio de encontros muitos deles associados à eventos vitais (nascimentos, aniversários, casamentos e óbitos), listas de pessoas físicas e jurídicas que participavam de ações filantrópicas e, em maior quantidade, publicações acerca das agremiações portuguesas, as quais normalmente versavam sobre a convocação de reuniões extraordinárias ou apresentavam os membros eleitos para o corpo administrativo do ano seguinte.

Verificada tamanha visibilidade local dessas instituições, podemos salientar que, sendo compostas, é claro, por indivíduos, elas paralelamente elevavam o nome de alguns de seus membros mais emergentes. Isto é, os imigrantes portugueses construíam tais instituições e por elas eram construídos social e politicamente.

Da mesma forma que em qualquer instituição composta por vários membros, na qual todos podem votar e ser votados, ser eleito para a Sociedade Beneficente (posteriormente, ganharia a alcunha "portuguesa" e, mais tarde, o título "real", sendo então conhecida como Real Sociedade Portuguesa Beneficente) ou para o Grêmio Literário Português, por exemplo, está diretamente condicionado à visibilidade e à sociabilidade do pleiteante. Não é à toa, portanto, que Francisco Gonsalves de Medeiros Branco, idealizador e fundador da Beneficente em 1854, tenha sido promovido ao cargo máximo desta agremiação por não menos que seis vezes, até sua morte em 1867.

A rapidez com que adquiriu tanto prestígio político e social, a ponto de possuir influência suficiente para arregimentar dez compatriotas para a realização das primeiras reuniões encarregadas da formulação dos estatutos da nova agremiação e de sua fundação, é algo que requer uma análise mais atida à sua biografia. Sua trajetória conhecida excede os jornais da época.

Autores como Arthur Vianna, renomado escritor e jornalista paraense, Lino de Macedo, português habitante do Rio de Janeiro, e Manoel Francisco Paxeco (ou, como ficou mais conhecido,

Fran Paxeco), o cônsul de Portugal mais lembrado em livros e homenagens do início do século XX na região, publicaram algumas obras em que Medeiros Branco, devido às suas largas contribuições à comunidade imigrante, é inevitavelmente mencionado. São elas: *O Pará e a colónia portuguêsa*,[31] *História da Sociedade Portugueza Beneficente*,[32] uma ampliação do texto escrito por Arthur Vianna em 1904 e publicado no *Jornal do Commercio* e *Amazonia*.[33] O *Album da Colonia Portuguesa no Brasil*[34] ainda reedita – repetindo as mesmas falhas, por sinal – o texto de Fran Paxeco e apresenta Medeiros Branco para as outras regiões brasileiras.

Nascido em 1823, na região dos Trás-os-Montes, ao norte de Portugal, Francisco Gonsalves de Medeiros Branco, filho de lavradores pobres, cingiu uma trajetória semelhante à de grande parte dos imigrantes portugueses estabelecidos na capital paraense. Jovem, aos treze anos de idade, deixou pai e mãe e acompanhou seu tio em viagem dispendiosa, longa e cansativa. Aportou primeiramente em Pernambuco, onde ficou por pouco tempo – provavelmente à espera do vapor ou do veleiro que, em alguns dias, o levaria a São Luís, seu primeiro destino fixo em terra desconhecida. Desde logo, devido às adversidades socioeconômicas de origem (família e país empobrecidos), bem como às próprias dificuldades encontradas no Maranhão, o pequeno Medeiros Branco, afastado de pais e país natal, foi compelido a iniciar-se como caixeiro no setor comercial, adaptando-se a uma tendência crescente na economia amazônica ao longo dos oitocentos, quando a pecuária passa a dividirespaço com o comércio e com o extrativismo gomífero.

Arthur Octavio Nobre Vianna, grande propugnador da presença da colônia portuguesa no Pará e componente do seleto grupo dos sócios honorários da Beneficente, escreveu sobre a história da sociedade em texto que não poderia deixar de exaltar os fundadores e o idealizador da agremiação à qual pertencia. Portanto, segundo ele, o trasmontano era, desde jovem, alguém bastante aplicado, tanto no trabalho, quanto nos estudos. Para o autor, foi esse inato empenho e talento que o levou aos domínios do jornalismo, da poesia e dos altos negócios, ramo que teria lhe proporcionado, como afirma, abastada fortuna.

Entretanto, a despeito da afirmação de Vianna, em autos de inventário concluído em 1871, encontra-se relacionado um montante avaliado em cinquenta e quatro contos e cem mil réis (54:100$000), considerado de média ou baixa expressividade. Entre seus bens, foram arrolados apenas a venda de

31 PAXECO, Fran. *O Pará e a Colónia Portuguêsa*. Belém: Typ. da Livraria Gillet, 1920.

32 *Historia da Sociedade Portugueza Beneficente do Pará*. Belém: Torres, 1914. Publicação comemorativa do sexagésimo aniversário da instituição filantrópica.

33 MACEDO, Lino de. AMAZONIA: *Repositorio alphabetico de termos, descripções de localidades, homens notáveis, animaes...* Lisboa: Typ. Adolpho Mendonça, 1906. Este livro é um tipo de dicionário para estrangeiros, no qual o autor seleciona algumas espécies da fauna e da flora amazônica, objetos, materiais e gêneros alimentícios que não são conhecidos em Portugal ou que o são por diferentes termos. Entre as descrições, há também inscrições sobre "homens notáveis" e importantes estabelecimentos do Pará e do Amazonas. Para falar da Beneficente, Macedo cita Vianna e copia integralmente trechos do texto publicado no *Jornal do Commercio*, antes mesmo da publicação do livro referido sobre a história da sociedade beneficente.

34 CARINHAS, Teófilo (org.). *Album da Colonia Portuguesa no Brasil*. Lisboa: Oficinas Gráficas do "Numero...", 1921.

metade de uma casa assobradada e de metade das mercadorias que tinha em sociedade comercial, a qual girava sob a firma Lima & Branco, ambas vendidas ao seu sócio Carlos João Ribeiro Lima, também português. Possuía ainda uma herança irrisória, no valor de seiscentos mil réis (600$000), deixada por seus pais Sebastião Araújo e Dona Anna Gonsalves de Medeiros Branco.[35]

É importante ressaltar a passagem do sobrenome completo da mãe para o filho, e não do pai, o que pode representar uma diferença na posição socioeconômico dos familiares de Francisco Gonsalves de Medeiros Branco, preponderando o nome da família de maior posse ou de maior visibilidade. Embora, como referimos, seus pais fossem lavradores com poucos recursos.

Uma característica lusa destacada por Ana Silvia Scott[36] é a saudade, sentimento decorrente da importância do mar – o qual separava famílias por largas distâncias e dificuldades durante longos períodos, quiçá para sempre – para a cultura e para o imaginário português. Situação também presente na vida do então jovem Medeiros Branco.

Durante sua estadia na capital maranhense, Medeiros Branco teria sofrido, como esperado, um progressivo sentimento nostálgico em relação a sua terra natal, período em que desenvolveu suas poesias – caracterizadas pela exaltação a Portugal, como na primeira estrofe de "As Quinas":

> Salve! Quinas gloriosas / Do meu nobre Portugal! / Salve! memorias saudosas / D'esse estandarte real! / Foi lá, no campo d'Ourique, / Que o grande filho de Henrique / Tua existência firmou, / E que, pela primeira vez, / Em ti a Europa guerreira, / Attentos olhos cravou! (...).[37]

Segundo Arthur Vianna, conquistando o público pelo sentimento e pela emoção com que declamava, seus escritos o levariam à colaboração por algum tempo em jornais maranhenses. No entanto, não desejando seguir a carreira literária nem a jornalística, decide, em 1851, deixar a "velha Atenas"[38] maranhense (nas palavras de Fran Paxeco) e seguir para a capital paraense, onde acreditava obter maior sucesso comercial. Atento às mudanças econômicas da região, promovidas pelo desenvolvimento, ainda incipiente, da economia gomífera e pelo crescimento da navegação a vapor, "comprehendeu que no Pará lhe seria mais facil obter o aspirado peculio, visto que S. Luiz decahia do seu antigo apogêo, cedendo a supremacia á Belem". Ainda de acordo com Vianna, Medeiros Branco "vinha trabalhar em uma casa filial de uma das mais reputadas firmas do Maranhão".[39]

35 Centro de Memória da Amazônia/Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Francisco Gonsalves de Medeiros Branco. Cartório Santiago. Ano: 1871.

36 SCOTT, Ana Silvia. *Os portugueses*, *op. cit.*

37 *Historia da Sociedade Portugueza Beneficente do Pará*, *op. cit.*, p. 10.

38 PAXECO, Manoel Fran. *Op. cit.*, p. 5.

39 *Historia da Sociedade Portugueza Beneficente do Pará*, *op. cit.*, p. 15. É possível que Vianna tenha se referido à mencionada Lima & Branco, visto que, no traslado do testamento anexado aos seus autos de inventário, Francisco Gonsalves de Medeiros Branco declara que o contrato desta firma foi registrado no tribunal do comércio do Maranhão.

Veio, então, a conhecer o também jornalista e poeta português José Joaquim Mendes Cavalleiro – fundador, juntamente com outro luso, Antonio José Rabello Guimarães, do *Diário do Gram-Pará*, um dos mais lidos e comentados jornais paraenses do século XIX –, com o qual mantém relações estreitas por quase duas décadas, até se reencontrarem em Lisboa; este, deportado por críticas publicadas ao presidente da província, e aquele, em busca de convalescença para sua tuberculose pulmonar, falecendo em fevereiro de 1867.[40]

Embora não tenha deixado filhos, Medeiros Branco menciona vários parentes em seu testamento, para os quais seriam repassadas quantias entre um e cinco contos de réis (1:000$ a 5:000$). Entre sete amigos, deixou pequenos valores para, por um lado, Francisco Antonio de Moraes (500$) e Manuel Joaquim do Rego (1:000$) e, por outro, para José Luiz Soares de Souza Calheiros (1:000$), Antonio José de Carvalho (500$) e Leopoldo José Esteve Dias (relógio e corrente de ouro), sendo estes, por vezes, membros dirigentes da Beneficente e aqueles, fundadores.[41]

Observamos, então, a importância das relações vivenciadas na sede social e nas mesas administrativas da Real Sociedade Portuguesa Beneficente, destacando aquela que talvez seja a função primordial das agremiações lusas: funcionar como espaço de sociabilidade, um verdadeiro ambiente de valorização cultural e de manutenção ou acirramento da identidade regionalista.

Estão entre os familiares beneficiados: seu irmão José Ricardo de Medeiros Branco; suas sobrinhas e sobrinhos João e Augusto, sendo os quatro filhos de sua irmã Emília, que não foi considerada na partilha; Anna e Luiz, seus irmãos, e seus tios maternos João e Luiz Gonsalves de Medeiros Branco, com quem veio, três décadas antes, de Portugal.[42]

O caso dos sobrinhos João e Augusto chama a atenção, pois o inventariado diz "lhes perdoar o que tenho gasto com a sua educação em um collegio em Lisbôa". Isto é, sendo proveniente de família pobre e tendo alcançado sucesso na vida comercial, Francisco Gonsalves segue uma tendência exercida pelos belenenses enriquecidos da segunda metade do século XIX. Nesse período, os signos de riqueza vão ser modificados. Quando não aliada às emergentes fronteiras econômicas, impulsionadas pela produção da borracha, a posse de terras e engenhos, aos poucos, começa a dividir espaço com o comércio e com as profissões liberais. Portanto, esse é um momento em que vários membros da elite paraense enviam seus filhos para estudarem em Portugal. Mais que diploma, o título de bacharel, por exemplo, proporcionava elevação do *status* social.[43]

Além disso, Medeiros Branco ainda destina cinco contos e trezentos mil réis (5:300$) para ações filantrópicas: três contos (3:000$) devem ser doados a *asylos da infância desvalida* em Portugal e o restante a "famílias pobres e honestas" de Belém.

---

40 *Ibidem*, p. 63-79.

41 Além de aparecerem em algumas notícias jornalísticas, principalmente em edições publicadas entre 1858 e 1860 da *Gazeta Official* e entre 1923 e 1924 do semanário *O Lusitano*, ambos os jornais propriedades de imigrantes portugueses, os citados podem ser encontrados de forma esparsa na obra já citada sobre a história da Beneficente.

42 MACEDO, Lino de. *Op. cit.*, p. 295. Em trecho original, não transcrito de Arthur Vianna.

43 CANCELA, Cristina Donza. *Casamento e família em uma capital amizônica (Belém, 1870-1920)*. Belém: Açaí, 2011.

Segundo os registros da Beneficiente Portuguesa,

> Não foi preciso muito tempo para que Medeiros Branco occupasse um logar de destaque entre os seus compatriotas, distincção esta que não proveio somente dos seus dotes intellectuaes, mas também dos predicados moraes que o exornavam, que eram muitos e solidos.
>
> Seu temperamento excessivamente militante obrigou-o a collocar-se como devotado trabalhador em todos os commettimentos que visassem um fim nobre e profícuo; de 1851 até 1886 (sic),[44] anno em que voltou á Europa, não houve no Pará empresa generosa da coloniaportugueza em que elle não desempenhasse papel saliente.[45]

De acordo com Vianna, o trasmontano, em 1864, teria atraído inúmeros rivais à sua administração. Um motivo possível seria a ferrenha concorrência comercial – decorrente do elevado número de portugueses proprietários e empregados de estabelecimentos do setor terciário da economia – existente entre os membros da Beneficente, visto que, desde dois anos antes da contenda, "os seus negocios prosperaram de modo assombroso, quer porque a sua intelligencia os guiasse com firmeza, quer porque a sorte chegasse emfim a fazel-o um seu predilecto".[46]

Figura polêmica, Medeiros Branco se envolveu em outros desentendimentos durante os quinze anos em que esteve em Belém. Amado e odiado, exaltado e vilipendiado, é inegável a sua notoriedade perante a colônia portuguesa, como atesta as homenagens recebidas postumamente em 1873, quando um retrato seu foi inaugurado no salão principal da Beneficente, um monumento à memória do benemérito "poeta das Quinas", como o chamou Arthur Vianna.

Possivelmente em outra homenagem póstuma – ou apenas mais uma entre as comuns incongruências encontradas em todas as quatro fontes impressas supracitadas –, já que a fundação do Grêmio Português data de novembro de 1867, sete meses após o seu falecimento, "o estrênuo propugnador do corporativismo", ainda foi declarado um dos fundadores desta agremiação.[47]

44 Na mesma obra em que o óbito de Francisco Gonçalves de Medeiros Branco é datado como ocorrido em 9 de fevereiro de 1867, aparece esta citação afirmando que, 19 anos depois, ele estaria se retirando da província. Entretanto, na página 75, há referências a esta viagem como sendo realizada em maio de 1866, quando viajou pelos Estados Unidos, França, Inglaterra e Espanha devido a sugestões médicas. Além disso, o seu inventário *post-mortem* confirma o dia 09-02-1867. Por isso, entendemos apenas como falha de digitação. Há, ainda, a possibilidade de ter ocorrido confusão com o nome de José Gonçalves de Medeiros Branco, ativo membro da Beneficente entre as décadas de 1860 e 1880 e, segundo o comerciante e jornalista português Brito, provavelmente sobrinho do fundador da Beneficente (BRITO, Eugênio Leitão de. *História do Grêmio Literário e Recreativo Português*. Belém: Gráfica Santo Antônio, 1994, p. 21).

45 *Historia da Sociedade Portugueza Beneficente do Pará, op. cit.*, p. 15-16.

46 *Ibidem*, p. 63.

47 PAXECO, Fran. *Op. cit.*, p. 18.

Tais celebrações apenas evidenciam novamente a ribalta a que chegou ao se estabelecer em Belém, cidade que, mesmo antes do auge da economia gomífera, contribuiu para o processo de enriquecimento e projeção política conquistado por Francisco Gonsalves de Medeiros Branco. Enquanto isso, Portugal conhecera apenas os seus extremos: em Trá-os-Montes, a pobreza de origem camponesa e, em Lisboa, a fartura de seu derradeiro ano de vida.

Referências

ALVES, Jorge Fernandes. "Lógicas migratórias no Porto oitocentista". In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (séculos XIX-XX)*, Algés: Fragmentos, 1993, p. 78-97.

BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: formação social e cultural*. Manaus: Valer/Editora da Universidade do Amazonas, 1999.

CANCELA, Cristina Donza. "Imigração portuguesa: casamento e riqueza em Belém (1870-1920)". In: SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia; MATOS, Izilda (orgs.). *Nas duas margens: os portugueses no Brasil*. Porto: CEPESE; Rio de Janeiro: Faperj, 2009, p. 149-162.

_____. "Famílias de elite: transformação da riqueza e alianças matrimoniais. Belém, 1870-1920". *Topoi: Revista de História*, Rio de Janeiro, vol. 10, nº 18, 2009.

_____. *Casamento e família em uma capital amizônica (Belém, 1870-1920)*. Belém: Açaí, 2011.

CANCELA, Cristina Donza & BARROSO, Daniel Souza. "Casamentos portugueses em uma capital da Amazônia. Perfil demográfico, normas e redes sociais. Belém (1891-1920)". *História* – Unisinos, vol. 15, nº 1, jan.-abr. 2011, p. 60-70.

CRUZ, Ernesto. *História da Associação Comercial do Pará*. 2ª ed. Belém: Editora da UFPA, 1996.

KUZNESOF, Elizabeth. "A família na sociedade brasileira: parentesco, clientelismo e estrutura social, São Paulo, 1700-1980". *Revista Brasileira de História – Famílias e Grupos de Convívio*, São Paulo, ago. 1988/ fev. 1989, p. 37-64.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. "O caboclo e o brabo: notas sobre duas modalidades de força-de-trabalho na expansão da fronteira amazônica no século XIX". *Encontros com a Civilização Brasileira*, nº 11, maio 1979.

PEREIRA, Miriam Halpern. *A política portuguesa de emigração (1850-1930)*. Bauru: Edusc; Portugal: Instituto Camões, 2002.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. *O seringal e o seringueiro: documentário da vida rural*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola, 1953.

SCOTT, Ana Silvia. "Aproximando a metrópole da colônia: família, concubinato e ilegitimidade no noroeste Português (século XVIII e XIX)". In: *Anais do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais* (ABEP). Ouro Preto/Minas Gerais, nov. 2002.

SCOTT, Ana Silvia. *Os portugueses*. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

WEINSTEIN, Barbara. *A borracha na Amazônia: Expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1993.

Fontes impressas

Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial do Estado do Pará e indicador para 1906 – obra estatística e de consulta fundada em 1904. Pará: Editor Fernando Cardoso, 1906.

BRITO, Eugênio Leitão de. *História do Grêmio Literário e Recreativo Português*. Belém: Gráfica Santo Antônio, 1994.

CARINHAS, Teófilo (org.). *Album da Colonia Portuguesa no Brasil*. Lisboa: Oficinas Gráficas do "Numero…", 1921.

Historia da Sociedade Portugueza Beneficente do Pará. Belém: Torres, 1914. Publicação comemorativa do sexagésimo aniversário da instituição filantrópica.

MACEDO, Lino de. *AMAZONIA: Repositorio alphabetico de termos, descripções de localidades, homens notáveis, animaes…* Lisboa: Typ. Adolpho Mendonça, 1906.

PAXECO, Fran. *O Pará e a Colónia Portuguêsa*. Belém: Typ. da Livraria Gillet, 1920.

Jornais

Gazeta Official (1858, 1859, 1860);

O Lusitano (1923, 1924).

Inventários (referência a todos os inventários citados)

Centro de Memória da Amazônia/Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Inventario de Bento Rebelo de Andrade. Cartório Odon Rhossard. Ano: 1900.

Centro de Memória da Amazônia/Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Inventário de Francisco Gonsalves Medeiros Branco. Cartório Santiago. Ano: 1871.

Centro de Memória da Amazônia/Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Inventário de Fernando Maria da Cunha. Cartório Fabiliano Lobato. Ano: 1887.

Centro de Memória da Amazônia/Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Inventário de Joaquim José Batista de Araújo. Cartório Odon Rhossard. Ano: 1911.

Centro de Memória da Amazônia/Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Inventário de Luiz José Martins de Albuquerque. Cartório Odon Rhossard. Ano: 1917.

Centro de Memória da Amazônia/Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Inventário de Luiz Monteiro da Silva e Maria Barbara da Cunha Barros. Cartório Fabiliano Lobato. Ano: 1858.

Centro de Memória da Amazônia/Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Inventário de Domingos José Martins de Albuquerque. Cartório Odon Rhossard. Ano: 1892.

Centro de Memória da Amazônia/Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Inventário de José Antonio de Resende. Cartório Odon Rhossard. Ano: 1903.

Centro de Memória da Amazônia/Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Inventário de Antonio Joaquim da Cruz. Cartório Odon Rhossard. Ano: 1898.

Centro de Memória da Amazônia/Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Inventário de Francisco Ferreira do Prado. Cartório Odon Rhossard. Ano: 1901.

Centro de Memória da Amazônia/Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Inventário de Antonio Coelho Guimarães. Cartório Odon Rhossard. Ano: 1900.

Centro de Memória da Amazônia/Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Inventário de Antonio Alves da Silva Cunha. Cartório Odon Rhossard. Ano: 1904.

Centro de Memória da Amazônia/Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Inventário de Manoel Alves da Cruz. Cartório Odon Rhossard. Ano: 1916.

Centro de Memória da Amazônia/Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Inventário de Manoel Joaquim de Faria. Cartório Fabiliano Lobato. Ano: 1890.

Centro de Memória da Amazônia/Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Inventário de Custodio de Souza Pinheiro. Cartório Odon Rhossard. Ano: 1872.

Centro de Memória da Amazônia/Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Francisco Gonsalves de Medeiros Branco. Cartório Santiago. Ano: 1871.